

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Aviso n.º 721/2004 de 10 de Agosto de 2004

Construção do arruamento de ligação da rua Dr. Alberto Paula Oliveira ao Caminho da Levada -
Prolongamento da Rua Ilha Graciosa

Obras

Fornecimentos

Serviços

o concurso está abrangido pelo acordo sobre contratos públicos (acp)?

não sim

secção 1: entidade adjudicante

i.1) designação e endereço oficiais da entidade adjudicante

Organismo:-câmara municipal de ponta delgada	à atenção de
Endereço:-praça do município	Código postal:-9504-523 ponta delgada
Localidade/cidade:-ponta delgada	país:-portugal
Telefone:-296 304 400	fax:-296 304 401
Correio electrónico:- Gabinetedomunicepe@mpdelgada.pt	Endereço internet (url) www.pontadelgadadigital.com

I.2) endereço onde podem ser obtidas informações adicionais

indicado em i.1 se distinto, ver anexo a

I.3) endereço onde pode ser obtida a documentação

indicado em I.1 se distinto, ver anexo a

I.4) endereço para onde devem ser enviados as propostas/pedidos de participação

indicado em I.1 se distinto, ver anexo a

I.5) tipo de entidade adjudicante

governo central instituição europeia

autoridade regional/local organismo de direito público outro

secção ii: objecto do concurso

II.1) descrição

II.1.1) tipo de contrato de obras (no caso de um contrato de obras)

execução concepção e execução

execução, seja por que meio for, de uma obra que satisfaça as necessidades

indicadas pela entidade adjudicante

II.1.2) tipo de contrato de fornecimentos (no caso de um contrato de fornecimentos)

compra locação locação financeira locação-venda combinação dos anteriores

II.1.3) tipo de contrato de serviços (no caso de um contrato de serviços)

categoria de serviços □□

II.1.4) trata-se de um contrato-quadro? não sim

II.1.5) designação dada ao contrato pela entidade adjudicante

Construção do arruamento de ligação da rua Dr. Alberto Paula Oliveira ao Caminho da Levada –
Prolongamento da rua Ilha Graciosa

II.1.6) descrição/objecto do concurso

A empreitada tem por objecto a realização de um arruamento com 177,089 metros de extensão, cujo perfil transversal é constituído por um passeio de cada lado, com 1,50 metros de largura cada, e uma faixa de rodagem com 7,00 metros de largura perfazendo uma largura total de 10 metros além de uma berma de 1,00 metros em zonas de aterro e constituindo trabalhos de demolição; movimento de terras; betões; pavimentação; drenagem pluvial; drenagem residual; sinalização rodoviária e rede de iluminação pública.

II.1.7) local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços

Freguesia de Matriz, Concelho de Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, Açores.

código nuts pt 200

II.1.8) nomenclatura

II.1.8.1) classificação cpv (common procurement vocabulary) *

	Vocabulário principal	Vocabulário complementar (se aplicável)
Objecto principal	45.23.31.20-6	□□□□-□ □□□□-□ □□□□-□
Objectos complementares	45.23.21.30-2	□□□□-□ □□□□-□ □□□□-□
	45.23.24.11-6	□□□□-□ □□□□-□ □□□□-□
	45.23.24.51-8	□□□□-□ □□□□-□ □□□□-□
	45.23.32.21-4	□□□□-□ □□□□-□ □□□□-□

II.1.8.2) outra nomenclatura relevante (cpa/nace/cpc) ** _____

II.1.9) divisão em lotes (não aplicável)

não sim

indicar se se podem apresentar propostas para: um lote vários lotes todos os lotes

II.1.10) as variantes serão tomadas em consideração? (não aplicável)

não sim

II.2) quantidade ou extensão do concurso

II.2.1) quantidade ou extensão total (incluindo todos os lotes e opções, se aplicável)

O objecto do concurso é conjunto, devendo as propostas dos concorrentes contemplar a totalidade dos trabalhos discriminados.

II.2.2) opções (não aplicável).

II.3) duração do contrato ou prazo de execução

indicar o prazo em meses 05 e/ou em dias □□□ a partir da decisão de adjudicação

ou: início □□/□□/□□□□ e/ou termo □□/□□/□□□□ (dd/mm/aaaa)

secção iii: informações de carácter jurídico, económico, financeiro e técnico

III.1) condições relativas ao concurso

III.1.1) cauções e garantias exigidas

O concorrente a quem for adjudicada a empreitada prestará a caução no valor correspondente a 5% do preço total da adjudicação

III.1.2) principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam (se aplicável).

A empreitada realizar-se-á por série de preços e o pagamento ao empreiteiro dos trabalhos incluídos no contrato far-se-á por medição, com observância do disposto nos artigos 202º. e seguintes do Decreto-Lei nº.59/99, de 2 de Março, sendo o financiamento assegurado através de verbas inscritas no Orçamento da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

III.1.3) forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros

Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais relativas ao exercício da actividade de empreiteiro de obras públicas e comprovem, em relação a cada uma das empresas, os requisitos exigidos no nº.15 do programa de concurso. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis solidariamente, perante o dono da obra, pelo pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes da proposta. No caso de a adjudicação da empreitada ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consócio externo em regime de responsabilidade solidária.

III.2) condições de participação

III.2.1) informações relativas à situação do empreiteiro e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida

Nº.1 - Podem ser admitidos a concurso:

- a) os titulares de alvará de empreiteiro geral emitido pelo Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário IMOPPI;
- b) os não titulares de alvará de empreiteiro geral emitido pelo IMOPPI que apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, adequado à obra posta a concurso e emitido por uma das entidades competentes mencionada no nº.1 do anexo I (da portaria nº.104/2001 de 21 de Fevereiro – programa de concurso tipo – secção I), o qual indicará os elementos de referência relativos,

à idoneidade; à capacidade financeira e económica e à capacidade técnica que permitiram aquela inscrição e justifique a classificação atribuída nessa lista;

- c) os não titulares de alvará de empreiteiro geral emitido pelo IMOPPI, ou que não apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, desde que apresentem os documentos relativos à comprovação da sua idoneidade, capacidade financeira, económica e técnica para a execução da obra posta a concurso indicados nos n.º. 15.1 e 15.3 do programa de concurso.

N.º.2 – o alvará de empreiteiro geral previsto na alínea a) do número anterior deve conter:

- a) a classificação como empreiteiro geral de obras rodoviárias, na 2.ª categoria (vias de comunicação, obras de urbanização e outras infra-estruturas), em classe que cubra o valor da proposta.
- b) a 2.ª subcategoria da 4.ª Categoria, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeite, caso o concorrente não recorra à faculdade conferida no n.º. 6.3 do programa de concurso.

N.º.3 – desde que não seja posta em causa o disposto no n.º.3 do artigo 265.º do Decreto-Lei n.º.59/99, de 2 de Março, e sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º.6.2, o concorrente pode recorrer a subempreiteiros, ficando a eles vinculado, por contrato, para execução dos trabalhos correspondentes. Nesse caso, deve anexar à proposta as declarações de compromisso dos subempreiteiros possuidores das autorizações respectivas, de acordo com o previsto no n.º. 16.4 do programa de concurso.

III.2.1.1) situação jurídica - documentos comprovativos exigidos

os indicados nas alíneas a) e b) do n.º. 15.1, a) e b) do n.º. 15.2 e a) d) do n.º. 15.3 do programa de concurso.

III.2.1.2) capacidade económica e financeira - documentos comprovativos exigidos

os indicados nas alíneas c) e d) do n.º. 15.1, a) e b) do n.º. 15.2 e e) e f) do n.º. 15.3 do programa de concurso.

III.2.1.3) capacidade técnica - documentos comprovativos exigidos

os indicados nas alíneas a) e h) do n.º. 15.1, a) e b) do n.º. 15.2 e g) e h) do n.º. 15.3 do programa de concurso.

III.3) condições relativas aos contratos de serviços

III.3.1) a prestação do serviço está reservada a uma determinada profissão?

não sim

em caso afirmativo, referência às disposições legislativas, regulamentares ou administrativas relevantes

III.3.2) as entidades jurídicas devem declarar os nomes e qualificações profissionais do pessoal responsável pela execução do contrato?

não sim

secção IV: procedimentos

IV.1) tipo de procedimento

concurso público

concurso limitado com publicação de anúncio

concurso limitado sem publicação de anúncio

concurso limitado por prévia qualificação

concurso limitado sem apresentação de candidaturas

procedimento por negociação com publicação prévia de anúncio

procedimento por negociação sem publicação prévia de anúncio

IV.1.1) já foram seleccionados candidatos? (apenas para procedimentos por negociação e se aplicável)

não sim

em caso afirmativo, usar informações adicionais (secção VI) para informações complementares

IV.1.2) justificação para a utilização do procedimento acelerado (não aplicável)

IV.1.3) publicações anteriores referentes ao mesmo projecto (não aplicável)

IV.1.3.1) anúncio de pré-informação referente ao mesmo projecto

no diário da república IIIª série

de dd/mm/aaaa (dd/mm/aaaa)

número do anúncio no índice do jo

de dd/mm/aaaa (dd/mm/aaaa)

IV.1.3.2) outras publicações anteriores

no diário da república IIIª série

de dd/mm/aaaa (dd/mm/aaaa)

número do anúncio no índice do jo

de dd/mm/aaaa (dd/mm/aaaa)

IV.1.4) número de empresas que a entidade adjudicante pretende convidar a apresentar propostas (não aplicável)

número ou mínimo / máximo

IV.2) critérios de adjudicação

a) preço mais baixo

ou:

b) proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta

b1) os critérios a seguir indicados (se possível, por ordem decrescente de importância)

1 – condições mais vantajosas de preço (65%)

2 – garantia de boa execução da obra (25%)

3 – condições mais vantajosas de prazo (10%)

IV.3) informações de carácter administrativo

IV.3.1) número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante

concurso público (processo nº. 76/6ª.secção) – 5004/2004

IV.3.2) condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais

data limite de obtenção 07/09/2004 (dd/mm/aaaa)

custo (se aplicável): _500,00_ moeda: euros

condições e forma de pagamento:- em numerário ou cheque emitido a favor do tesoureiro da Câmara Municipal de Ponta Delgada

IV.3.3) prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação (consoante se trate de um concurso público ou de um concurso limitado ou de um processo por negociação)

06/09/2004 (dd/mm/aaaa) ou 30 dias a contar do envio do anúncio
hora :- até às 16.30 horas.

IV.3.4) envio dos convites para apresentação de propostas aos candidatos seleccionados (não aplicável)

IV.3.5) língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação

E da de el E fr it nl pt fi sv outra – país
s n terceiro

IV.3.6) prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta

até 30/00/0000 (dd/mm/aaaa) ou 3 meses e/ou 67 dias a contar da data fixada para a recepção das propostas

IV.3.7) condições de abertura das propostas

IV.3.7.1) pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas

só poderão intervir no acto público do concurso os concorrentes e as pessoas que, para o efeito estiverem devidamente credenciados, nos termos do programa de concurso.

IV.3.7.2) data, hora e local

data 07/09/2004 hora 10.00 local - sala de sessões da Câmara Municipal de Ponta Delgada sita à Praça do Município – 9500-114 Ponta Delgada.

secção vi: informações adicionais

IV.1) trata-se de um anúncio não obrigatório?

não sim

IV.2) indicar, se for caso disso, se se trata de um concurso periódico e o calendário previsto de publicação de próximos anúncios

IV.3) o presente contrato enquadra-se num projecto/programa financiado pelos fundos comunitários?

não sim

em caso afirmativo, indicar o projecto/programa, bem como qualquer referência útil ____ IV.4) outras informações (se aplicável)

o preço base do concurso é de 292.000,00 € (duzentos e noventa e dois mil euros)

os 5 meses indicados no ponto II.3 são contados a partir da data da consignação da obra

VI.5) data de envio do presente anúncio 16/07/2004

16 de Julho de 2004. - Por delegação da Presidente da Câmara, o vereador, José Manuel Almeida de Medeiros.